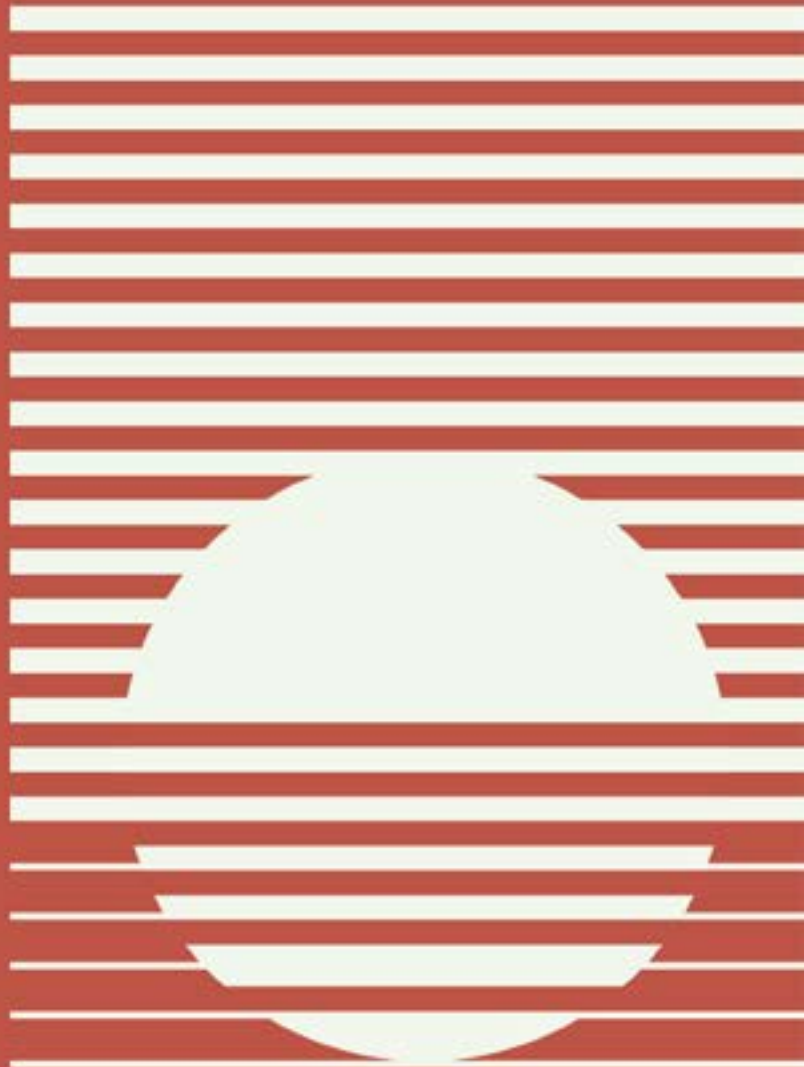


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



07
2025



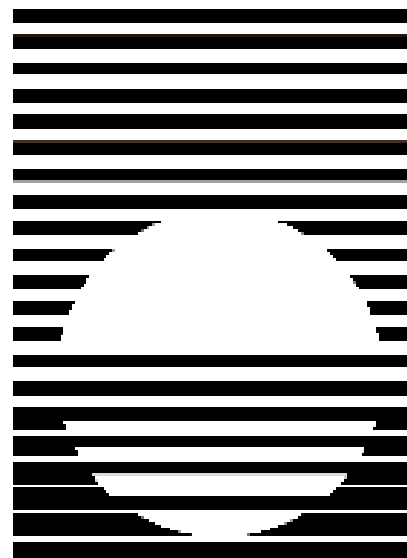
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Brasil sedia Cúpula de Chefes de Estado do BRICS

Relação entre Brasil e EUA entra em crise após taxaço unilateral de importações e críticas ao STF

Página 05

Brasil apoia ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça

Juíza dos EUA sentencia Argentina a ceder 51% das ações de estatal petroleira

Página 06

Relação bilateral com os Estados Unidos passa por turbulências após complô golpista contra Petro e a saída colombiana da OTAN

Justiça colombiana condena ex-presidente Álvaro Uribe a 12 anos de prisão domiciliar

Página 07

Participação de Boric em Cúpula dos BRICS gera debate na política chilena

Chile lidera cúpula internacional em defesa da democracia

Página 08

Uruguai intensifica atuação internacional com participação no BRICS, Mercosul e Encontro pela Democracia

Página 09

Paraguai e Taiwan celebram 68 anos de cooperação bilateral

Crise se agrava no Peru com repressão, impopularidade recorde e alerta da Corte Interamericana de Direito Humanos

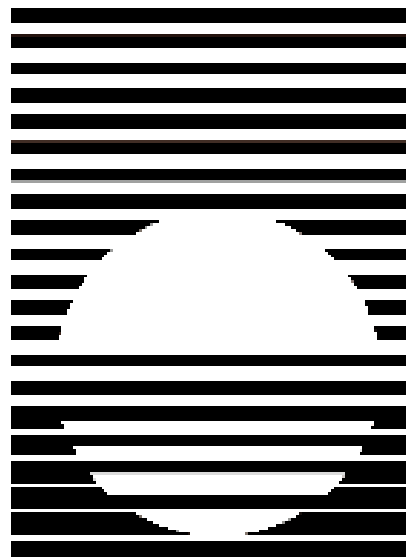
Página 10

Presidente da Guiana declara que empresário é ameaça à segurança nacional e às relações com os Estados Unidos

Jennifer Geerlings-Simons toma posse como a primeira mulher a presidir a República do Suriname

Página 11

Cúpula do Mercosul termina com novo acordo e oscilações internas



Brasil sedia Cúpula de Chefes de Estado do BRICS

Nos dias 6 e 7 de julho, na qualidade de presidente do BRICS em 2025, o Brasil sediou a cúpula anual de chefes de Estado do bloco, no Rio de Janeiro. Compareceram representantes dos 11 países que compõem atualmente o bloco, com a ausência notável do presidente da China, Xi Jinping, que alegou dificuldades de agenda para comparecer. A declaração final elencou 126 pontos de entendimento entre os países-membros, divididos em seções sobre reforma do multilateralismo global, segurança, economia, mudanças climáticas e desenvolvimento humano. A declaração incluiu uma demanda por reforma do Conselho de Segurança da ONU, condenou os ataques em curso de Israel em Gaza e reafirmou o compromisso com a solução de dois Estados (a despeito de pressões do Irã, contrário à existência de Israel). Por outro lado, o documento evitou menções diretas à guerra entre Rússia e Ucrânia, assim como aos EUA, em meio à condenação de tarifas comerciais unilaterais adotadas por Donald Trump e ataques do país a usinas nucleares iranianas. O grupo voltou a defender a redução do uso do dólar em suas trocas, porém a proposta russa de criação de uma plataforma digital de investimentos do BRICS em moedas locais não teve adesão plena, na medida em que Índia e Brasil resistiram à ideia, temendo desvio do mandato do Novo Banco de Desenvolvimento e retaliações ocidentais. Também foram divulgadas três declarações sobre temas priorizados pelo Brasil na agenda de trabalho do grupo em 2025: governança multilateral da inteligência artificial, combate a doenças socialmente determinadas e incremento de financiamento climático. A cúpula chamou a atenção de Trump, que utilizou uma rede social, no dia 6, para avisar que qualquer país que se alinhasse com “as políticas antiamericanas do BRICS” sofreria uma taxa de 10% nas exportações destinadas ao mercado norte-americano. A despeito da pressão, Brasil e China assinaram, no dia 7, um memorando de entendimento para estudar um corredor ferroviário bioceânico ligando o Brasil ao porto de Chancay, no Peru. Após o encerramento da cúpula, no dia 8, o presidente Lula recebeu, em Brasília, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, para uma visita de Estado. Foram firmados acordos em energia renovável, combate ao terrorismo e transformação digital. Em seguida, no dia 9, Lula recebeu o presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, com

quem discutiu a diversificação do comércio bilateral e possibilidade de um acordo com o Mercosul.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 03/07/2025; [Brasil](#), 06/07/2025; [G1](#), 06/07/2025; [Valor](#), 07/07/2025; [CNN Brasil](#), 07/07/2025; [G1](#), 08/07/2025; [UOL](#), 09/07/2025.

Relação entre Brasil e EUA entra em crise após taxa unilateral de importações e críticas ao STF

No dia 9 de julho, o presidente dos EUA, Donald Trump, enviou uma carta ao presidente Lula informando que havia decidido impor uma sobretaxa de 50% a todos os bens importados do Brasil a partir de 1º de agosto. No documento, Trump criticou uma suposta “caça às bruxas” contra o ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), decisões do STF contra redes sociais sediadas nos EUA e barreiras comerciais do Brasil que produziram um déficit para os norte-americanos. A medida veio após Trump ter feito uma publicação na rede Truth Social, no dia 7, afirmando que Bolsonaro, sua família e seus apoiadores são perseguidos no Brasil por razões políticas. No dia 8, a embaixada dos EUA no Brasil emitiu uma nota endossando a acusação de Trump. Em nota, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, atualmente radicado nos EUA, assumiu a responsabilidade por manter diálogos com o governo Trump para denunciar a “escalada autoritária” no Brasil, liderada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes e apoiada por um “establishment político, empresarial e institucional”. A sobretaxa de 50% buscaria responsabilizar, segundo ele, um “sistema que sustenta abusos de poder”. O presidente Lula, em publicação na rede X, repudiou a tentativa dos EUA de tutelar as instituições da Justiça brasileira, desmentiu que os EUA tenham déficit comercial na relação bilateral e declarou que estudaria a adoção de medidas de reciprocidade caso a tarifa entrasse em vigor. Por sua vez, o Itamaraty convocou o encarregado de negócios dos EUA no Brasil, Gabriel Escobar, para pedir explicações sobre a interferência em assuntos domésticos. O Executivo brasileiro buscou negociar a sobretaxa com os EUA, porém não conseguiu sentar-se à mesa com membros da Casa Branca, que teriam poder decisório para discutir a medida com Trump. O comitê de negociação foi liderado pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo

Alckmin, assessorado pelos ministros das Relações Exteriores, Casa Civil e Fazenda, em diálogo com diversos setores do empresariado brasileiro. Na contramão do diálogo, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA anunciou, no dia 16, que investigará práticas e políticas do Brasil que prejudicam a economia estadunidense e que estariam relacionadas a temas como serviços de pagamento eletrônico (o Pix), comércio digital e propriedade intelectual. Além disso, no dia 23, o encarregado de negócios dos EUA no Brasil solicitou uma reunião com o Instituto Brasileiro de Mineração (uma entidade empresarial) para manifestar que Washington está interessado em negociar acordos para a aquisição de minerais críticos (como lítio, nióbio e terras raras), mas ouviu, em resposta, que uma negociação desse tipo somente pode ser feita com o governo brasileiro, já que os minerais pertencem constitucionalmente à União. No dia 28, uma comitiva de senadores brasileiros foi a Washington tentar negociar a sobretaxa comercial, porém tampouco teve reuniões bem-sucedidas. No dia 30, o chanceler Mauro Vieira logrou ter um encontro com Marco Rubio em Washington, quando reiterou que o governo estava disposto a negociar temas comerciais, mas não a interferência no Poder Judiciário. No mesmo dia, Trump assinou uma ordem executiva impondo a sobretaxa de 50%, adiada para entrar em vigor no dia 6 de agosto, e avisou que um alinhamento do Brasil às políticas externa, econômica e de segurança dos EUA pode aliviar a medida no futuro. Entretanto, os EUA anunciaram uma lista de exceções à sobretaxa, isentando centenas de produtos, que correspondem a cerca de 45% do valor das exportações brasileiras aos EUA. No mesmo dia, Washington impôs sobre o ministro do STF Alexandre de Moraes sanções financeiras da Lei Magnitsky por ele supostamente violar direitos humanos em suas decisões contra bolsonaristas, emitidas no âmbito do processo que julga a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023.

Fontes: [UOL](#), 07/07/2025; [UOL](#), 09/07/2025; [Poder 360](#), 09/07/2025; [G1](#), 09/07/2025; [Folha de S. Paulo](#), 09/07/2025; [UOL](#), 15/07/2025; [CBN](#), 16/07/2025; [Agência Infra](#), 23/07/2025; [UOL](#), 24/07/2025; [Valor](#), 28/07/2025; [UOL](#), 30/07/2025; [Valor](#), 31/07/2025.

Brasil apoia ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça

Em 23 de julho, o Brasil anunciou sua adesão à ação movida pela África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), na qual acusa este país de promover um genocídio contra palestinos na Faixa de Gaza, em reação aos ataques do Hamas de outubro de 2023. O Itamaraty justificou a medida afirmando que os direitos dos palestinos estão sendo “irreversivelmente prejudicados” devido a um bloqueio de ajuda humanitária a Gaza feito por Israel e que, portanto, “já não há espaço para ambiguidade moral nem omissão política”. O órgão avaliou que Israel ignora os esforços diplomáticos e intensifica ataques não apenas em Gaza, mas também na Cisjordânia. Nesse sentido, o Brasil submeterá uma intervenção formal no processo em curso na CIJ. Em seguida, no dia 25, o governo brasileiro também anunciou a retirada do país da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), alegando que a adesão à categoria de país observador, durante o governo Bolsonaro, em 2021, foi mal conduzida. A IHRA busca cultivar a memória do Holocausto e combater o antissemitismo em sentido abrangente, contando com 35 países-membros e oito observadores. É, atualmente, presidida pelo israelense Dani Dayan, que já liderou um conselho de colonos israelenses em territórios palestinos ocupados. A adesão à ação na CIJ e a saída da IHRA foram criticadas por Israel, que classificou os atos como “falha moral” e acusou o Brasil de abandonar o “consenso global contra o antissemitismo”. Internamente, a decisão gerou reações no Congresso. No dia 28, deputados do partido Novo apresentaram moção de repúdio e cobraram explicações do Itamaraty.

Fontes: [Carta Capital](#), 23/07/2025; [Brasil](#), 23/07/2025; [UOL](#), 26/07/2025; [Folha de S. Paulo](#), 28/07/2025; [DW](#), 31/07/2025.

Juíza dos EUA sentencia Argentina a ceder 51% das ações de estatal petrolífera

No dia 14 de julho, a juíza estadunidense Loretta Preska, do Tribunal Distrital de Nova York, ratificou uma decisão tomada em 2023 que sentencia a Argentina a transferir 51% das ações da estatal petrolífera argentina, a YPF, para as empresas Petersen Energía e Eton Park Capital. A transferência seria uma maneira de cobrir a dívida de US\$ 16,1 bilhões do Estado

argentino, que teria violado regras de oferta pública aos acionistas minoritários em 2012, quando estatizou a petroleira. A defesa, por sua vez, alega que a transferência causaria “danos irreparáveis” à economia do país e violaria a soberania nacional, especialmente em um contexto de fragilidade financeira. Essa argumentação foi endossada inclusive pelo poder Executivo dos Estados Unidos. Em novembro de 2024, o Departamento de Justiça, sob a administração do ex-presidente Joe Biden, apresentou um documento ao Tribunal de Recursos de Nova York no qual argumentava que a ordem de transferir as ações da YPF violava a Lei de Imunidades Soberanas Estrangeiras dos EUA, pois os bens da empresa não estão fisicamente nos Estados Unidos. Além disso, o documento alertava que a decisão permitiria que outros países adotassem medidas semelhantes contra empresas ou ativos dos EUA, ameaçando interesses estratégicos globais. Agora sob o comando do presidente Donald Trump, o Departamento de Justiça anunciou, no dia 17 de julho, que seguirá apoiando a Argentina nesse caso. O mandatário argentino, Javier Milei, declarou que vai apelar da decisão e culpou o atual governador da província de Buenos Aires, Alex Kicillof, pelo imbróglio. No período da estatização da YPF, Kicillof teve um papel importante como Secretário de Política Econômica e, depois, como ministro da Economia do governo de Cristina Kirchner, a principal adversária política de Milei.

Fontes: [Associated Press](#), 30/05/2025; [El Nacionalista](#), 30/06/2025; [Noticias Argentinas](#), 30/06/2025; [Buenos Aires Herald](#), 16/07/2025; [El País](#), 17/07/2025..

Relação bilateral com os Estados Unidos passa por turbulências após complô golpista contra Petro e a saída colombiana da OTAN

No dia 1 de julho, o ex-ministro das relações exteriores da Colômbia, Álvaro Leyva, fugiu para a Espanha, temendo consequências jurídicas após o jornal *El País* ter divulgado, no dia 29 de junho, um complô golpista contra o governo de Gustavo Petro. A partir do acesso aos áudios, que estavam sob controle do serviço secreto colombiano, o meio de comunicação trouxe a público a tentativa de Leyva de cooptar apoio dos Estados Unidos para derrubar o presidente. Por meio de encontros com assessores

da administração de Donald Trump e membros do legislativo estadunidense, Leyva buscava promover uma pressão internacional ao governo Petro. Em resposta, o líder do executivo colombiano, por meio de suas redes sociais, lamentou ter “confiado a chancelaria à Leyva” e o denunciou ao Ministério Público por traição. Em paralelo, a Casa Branca negou qualquer participação ou cooperação. No dia 3 de julho, o governo dos Estados Unidos convocou seu embaixador na Colômbia para consultas após “declarações infundadas e repreensíveis dos mais altos níveis do governo colombiano”. Da mesma forma, Petro solicitou o retorno de seu principal diplomata dos EUA. A deterioração da relação bilateral teve mais um capítulo com a saída da Colômbia da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Divulgada durante a Cúpula Internacional sobre a Faixa de Gaza, a decisão representou a divergência entre o governo de Petro e o posicionamento da OTAN, liderado pelos EUA, de apoiar Israel em seus ataques à Faixa de Gaza. Além de abdicar da posição de sócio global da organização – que permitia a cooperação em defesa e segurança, sem ser integrante pleno –, a Colômbia ordenou que a Marinha de seu país detivesse navios transportando carvão para Israel. Apesar de ter proibido a exportação do combustível para o país em agosto de 2024, o presidente afirmou que o fluxo comercial ainda estaria acontecendo.

Fontes: [El País](#), 29/06/2025; [Opera Mundi](#), 30/06/2025; [Pares](#), 01/07/2025; [La Silla Vacía](#), 02/07/2025; [CNN](#), 03/07/2025; [Poder 360](#), 16/07/2025; [Carta Capital](#), 24/07/2025.

Justiça colombiana condena ex-presidente Álvaro Uribe a 12 anos de prisão domiciliar

No dia 28 de julho, a justiça colombiana declarou o ex-presidente, Álvaro Uribe, como culpado pelo crime de suborno em processo penal e manipulação de testemunhas. Segundo o entendimento do tribunal, os atos cometidos teriam ocorrido no ano de 2012, após o senador de oposição Iván Cepeda ter relacionado Uribe a grupos paramilitares com base em depoimentos de líderes dessas organizações. A denúncia do congressista foi negada por Uribe, que apresentou uma queixa contra Cepeda na Suprema Corte o acusando de ter manipulado as testemunhas. Apesar disso, o tribunal rejeitou as denúncias contra o senador e, em 2018, a abriu investigações contra Uribe. Na realidade, de acordo com a justiça, o

ex-presidente que teria subornado testemunhas a depor contra Cepeda. Em agosto de 2020, a justiça colombiana ordenou a prisão domiciliar do ex-presidente, que renunciou ao posto de senador, que passou a ocupar após a saída da chefia do Executivo. Graças a saída do cargo político, o julgamento passou para a primeira instância, que decidiu revogar a ordem e reiniciar o processo. Após correr todo o processo legal, a juíza Sandra Liliana Heredia, declarou Uribe culpado pelos crimes. Ao ser o primeiro ex-presidente da história colombiana a ser condenado e uma das principais figuras políticas no país, tal decisão gerou repercussão nacional e internacional. O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, por exemplo, criticou a condenação e acusou o judiciário colombiano de ter se tornado uma “arma política”. Apesar das críticas por parte de aliados políticos, no dia 1 de agosto, Uribe foi sentenciado a 12 anos de prisão domiciliar. Em resposta, 28 ex-presidentes assinaram uma carta de apelo enviada à Organização dos Estados Americanos (OEA), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a órgãos da ONU. Assinada por políticos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Espanha, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Porto Rico, o texto defende a correção da “terrível injustiça” cometida pelos tribunais colombianos.

Fontes: [ICL Noticias](#), 29/07/2025; [Isto É](#), 29/07/2025; [BBC](#), 01/08/2025; [Semana](#), 01/08/2025.

afirmou que “não é do interesse do Chile continuar se alinhando com o Irã ou se reunindo com a Rússia”. Por outro lado, acadêmicos e figuras políticas governistas chilenas apontaram que a aproximação com o BRICS pode ser entendida como uma expansão dos parceiros estratégicos do Chile, e não como uma substituição. Aisén Etcheverry, porta-voz interina do governo Boric, afirmou que a participação do Chile no evento é “consistente com a política de abertura em matéria comercial que tivemos como país ao longo dos anos”. Diante da ampla repercussão, o chanceler chileno, Alberto Van Klaveren, foi convocado para sessões das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado chileno, com a intenção de fornecer informações sobre a participação do Chile na Cúpula. Na sessão do Senado, que aconteceu no dia 1º de julho, Van Klaveren esclareceu que o Chile não está trabalhando em uma solicitação de ingresso no BRICS, e que a participação na Cúpula, como país convidado, é cautelosa e reflete os valores de “autonomia, pragmatismo e também compromisso com os espaços multilaterais” da política externa chilena. Em sua intervenção no evento, no dia 6 de julho, Boric reforçou o compromisso do Chile com o fortalecimento do multilateralismo e reiterou sua condenação “a toda invasão que afete a soberania de um Estado”, em alusão a a Guerra Russo-Ucraniana.

Fontes: [La Tercera](#), 23/06/2025; [La Tercera](#), 23/06/2025; [La Tercera](#), 01/07/2025; [Prensa Latina](#), 01/07/2025; [La Tercera](#), 06/07/2025; [El Universo](#), 06/07/2025.

Participação de Boric em Cúpula dos BRICS gera debate na política chilena

Entre os dias 6 e 7 de julho, o presidente chileno Gabriel Boric esteve no Brasil para representar o país andino na Cúpula de Líderes dos BRICS. A confirmação da participação do Chile no evento, ainda que como país convidado, gerou um amplo debate político em Santiago. De um lado, a oposição ao governo Boric entendeu a participação como mais um sinal de afastamento dos EUA, somando esse gesto à condenação feita pelo presidente ao ataque dos EUA ao Irã, no final de junho. Diante dessa conjuntura, as forças políticas opositoras expressaram suas preocupações sobre as potenciais implicações econômicas da participação chilena, que poderia colocar o país em risco de retaliação comercial por parte dos EUA. O senador de oposição Rojo Edwards

Chile lidera cúpula internacional em defesa da democracia

Em 21 de julho, o presidente chileno Gabriel Boric liderou uma reunião de alto nível pela defesa da democracia, em Santiago. A Cúpula “Democracia Sempre” foi agendada para dar continuidade à iniciativa “Em Defesa da Democracia: Combatendo o Extremismo”, que foi organizada no âmbito da 79ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2024. Além de Boric, os presidentes do Lula da Silva (Brasil), Gustavo Petro (Colômbia), Yamandú Orsi (Uruguai) e Pedro Sánchez (Espanha) se reuniram no Palácio de La Moneda com o intuito de desenhar propostas para enfrentar o avanço de discursos extremistas e antidemocráticos no mundo. Como resultado principal do evento, foi divulgada uma declaração final que reiterou a necessidade de

mudanças na Organização das Nações Unidas (ONU), como o fim dos vetos no Conselho de Segurança, e destacou um rol de iniciativas de cooperação para avançar no tema, principalmente nas áreas da pesquisa e do combate à desinformação. Pedro Sánchez, único presidente de fora da América do Sul no evento, buscou chamar atenção para dois pontos: o aumento da integração entre ultradireitas locais, que aos poucos formam uma coalizão internacional de ultradireita; e a incorporação da direita tradicional à ultradireita. As preocupações de Sánchez são um reflexo direto de seu descontentamento com a atuação do partido que representa esse espectro político na Espanha, o Vox, que hoje se aproxima de forças políticas sul-americanas de ultradireita, ao mesmo tempo que busca dominar o Partido Popular espanhol, vinculado à direita tradicional. Alinhado à Sánchez, com quem compartilhou esforços para avançar na defesa internacional da democracia nos últimos anos, Boric também reforçou a importância da maior aproximação entre governos progressistas, à medida que a integração entre a ultradireita aumenta. O evento, no entanto, ocorreu paralelamente a um tensionamento entre os principais candidatos de direita na corrida eleitoral presidencial do Chile. No dia 17 de julho, Evelyn Matthei, candidata da coalizão de direita tradicional Chile Vamos, acusou o candidato de ultradireita José Antonio Kast, que lidera as pesquisas presidenciais, de comandar uma campanha de desinformação contra ela nas redes sociais. Matthei acusou o Partido Republicano, liderado por Kast, de ser formado por “um grupo de bandidos” e de construir uma candidatura com base em mentiras, colocando em xeque o apoio a Kast em um possível segundo turno das eleições presidenciais e a possibilidade da criação de uma lista parlamentar conjunta com a ultradireita para as eleições parlamentares.

Fontes: [Agência Gov](#), 20/07/2027; [Prensa – Presidencia de Chile](#), 21/07/2025; [El País](#), 21/07/2025; [El País](#), 21/07/2025; [La Tercera](#), 28/07/2025; [El País](#), 31/07/2025.

Uruguai intensifica atuação internacional com participação no BRICS, Mercosul e Encontro pela Democracia.

No mês de julho, o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi, participou de encontros em diversos organismos multilaterais. Além de sua presença na Cúpula do Mercosul, nos dias 2 e 3 de julho, na Argentina,

Orsi também esteve na Cúpula do BRICS, sediada na cidade do Rio de Janeiro, em 6 e 7 de julho, e do Encontro “Democracia Siempre”, no Chile, no dia 21 de julho. No âmbito do BRICS, Orsi participou e discursou em duas sessões plenárias: uma sobre o “Fortalecimento do multilateralismo, assuntos econômicos e inteligência artificial” e outra sobre o “Meio Ambiente, COP-30 e saúde global”. Quanto à inteligência artificial, o mandatário uruguaio defendeu a criação de uma Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, partindo do princípio de que essa tecnologia pode impulsionar o desenvolvimento sustentável e contribuir para o crescimento econômico dos países. Na segunda sessão, Orsi destacou as iniciativas do Uruguai no estabelecimento de políticas voltadas à promoção da produção agropecuária sustentável, à preservação ambiental e redução da emissão de gases poluentes. Ainda no âmbito do BRICS, Orsi manteve encontros bilaterais representantes de diversos países do grupo, como o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi; do Vietnã, Pham Minh Chinh; do Egito, Mustafa Madbuli; o presidente da Angola e da União Africana, João Lourenço; além do presidente do Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB), Jin Liqueun. Em reunião com a delegação da África do Sul, Orsi recebeu um convite do presidente Cyril Ramaphosa para participar da Cúpula do G20, que será realizada no país africano, em novembro. Em seu discurso de agradecimento, Orsi ressaltou a importância de estreitar laços com países estratégicos no cenário internacional, afirmando “aqui estamos tendo a oportunidade de dialogar com países referentes que estão tomando decisões fundamentais no mundo e que agrupam a metade da população global”. No dia 9 de julho, o ministro das Relações Exteriores, Mario Lubetkin, participou da 58ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores da ASEAN (AMM), ocasião em que foi firmada a adesão do Uruguai no Tratado de Amizade de Cooperação com o Sudeste Asiático (TAC). Essa adesão representa um passo importante para o fortalecimento dos laços diplomáticos entre o Uruguai e os países da ASEAN. No dia 21 de julho, Orsi viajou ao Chile para participar da reunião de alto nível com o objetivo de propor caminhos para o fortalecimento da democracia na região. Estiveram presentes também os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia) e Pedro Sánchez (Espanha). Ao final do encontro, os mandatários latino-americanos lançaram um documento intitulado “Democracia Siempre”, no qual reafirmaram seu compromisso com a defesa da

democracia, o multilateralismo e o trabalho conjunto para “abordar as causas profundas e estruturais que minam as instituições democráticas, seus valores e legitimidade”. Também destacaram a necessidade de promover uma reforma no sistema de governança internacional, fortalecer uma diplomacia democrática ativa, projetar uma narrativa alternativa ao retrocesso democrático e reafirmar seu compromisso com a paz. Em sua fala, Orsi destacou que a defesa da democracia antes era algo óbvio, mas nos dias atuais passa a ser uma necessidade.

Fontes: [Presidencia Uruguay](#), 06/07/2025; [Presidencia Uruguay](#), 07/07/2025; [Presidencia Uruguay](#), 07/07/2025; [El Observador](#), 07/07/2025; [Presidencia Uruguay](#), 09/07/2025; [El Observador](#), 21/07/2025; [El Observador](#), 21/07/2025.

Paraguai e Taiwan celebram 68 anos de cooperação bilateral

No dia 4 de julho, foi celebrado o aniversário de 68 anos de relações bilaterais entre Paraguai e Taiwan, com a realização da Conferência “Taiwan-Paraguai 68”, que contou com apresentações acadêmicas, análises políticas e participação social. Na ocasião, o chanceler taiwanês, José Chih-Cheng Han, destacou a sólida e duradoura relação entre os Estados, baseada em valores compartilhados como a democracia, a liberdade, o Estado de direito e os direitos humanos. Ademais, frisou que “Taiwan sempre estará ao lado do Paraguai, trabalhando ombro a ombro pelo bem-estar e para o desenvolvimento de seu povo”. Dentre os discursos proferidos no encontro, destacam-se o do reitor da Universidade Politécnica Taiwan-Paraguai, Jorge Duarte, que analisou as conquistas e o potencial da cooperação, especialmente nos âmbitos de tecnologia, inovação, formação de talentos e transformação industrial. Segundo ele, servem como ferramentas para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Paraguai. Além dele, o diretor Executivo do Instituto Fernando de la Mora, Federico Rabino, abordou em sua fala sobre o contexto geopolítico regional, assinalando os desafios que a influência da China impõe para a América Latina. De acordo com seu discurso, “os países que romperam relações com Taiwan não experimentaram melhoras econômicas substanciais” e ressaltou que “Taiwan é um sócio democrático transparente, tecnológico e de alto valor agregado, que cumpre e não apenas promete”. O presidente paraguaio, Santiago Peña,

assinalou que seu país defende tal relacionamento bilateral “com todas as forças e com a voz bem alta” e que “defender tal relacionamento é também defender a história do Paraguai”, posto que os dois países compartilham histórias similares, de busca por autonomia, liberdade e autodeterminação. Por isso, Peña elucidou que “desconhecemos a gigante China Popular, mas reconhecemos a autodeterminação do povo de Taiwan. Porque defender Taiwan é também defender o Paraguai em sua história”.

Fontes: [La Nación](#), 04/07/2025; [La Nación](#), 11/07/2025; [La Nación](#), 14/07/2025.

Crise se agrava no Peru com repressão, impopularidade recorde e alerta da Corte Interamericana de Direito Humanos

No dia 8 de julho, a crise institucional no Peru ganhou novo capítulo com a contestação à Lei APCI, conhecida como “Lei Anti-ONG”, a qual impõe restrições a organizações que prestam assistência jurídica às vítimas de violações de direitos humanos. Na ocasião, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ordenou que o Estado peruano garanta proteção às vítimas de possíveis represálias oriundas da aplicação dessa norma. A Corte apontou que a lei pode ser usada como forma de intimidação indireta, minando o papel da sociedade civil na defesa dos direitos fundamentais. A resolução foi publicada no contexto da assistência jurídica de ONGs no caso de uma mulher indígena vítima de abuso sexual por militares durante o conflito armado interno. No dia 9, a Procuradoria abriu investigação contra membros do alto escalão da Polícia Nacional por supostos atos de tortura cometidos na repressão aos protestos contra o governo de Dina Boluarte, em que mais de 50 pessoas já morreram, revelando a continuidade das denúncias por violações de direitos humanos. Em paralelo, o Executivo aprovou um polêmico reajuste salarial de 122% para a presidente, que passou a receber 35.568 sóis mensais — valor 31 vezes superior ao salário mínimo, além de um cartão corporativo para alimentação. A decisão gerou forte reação popular em um país marcado por altos índices de pobreza e informalidade, intensificando os protestos. Em resposta, Boluarte deslegitimou as manifestações e culpou adversários políticos pela ruptura do diálogo com setores estratégicos. Esses episódios aprofundam o desgaste institucional e o isolamento político do

governo. A presidente encerrou julho com 97% de desaprovação, a pior imagem entre líderes sul-americanos, e foi criticada por seu discurso de quatro horas, proferido diante de um Congresso quase vazio durante as celebrações da independência peruana, no dia 28 de julho.

Fontes: [Infobae](#), 07/07/2025; [La República](#), 08/07/2025; [La República](#), 08/07/2025; [La República](#), 27/07/2025; [El País](#), 29/07/2025.

Presidente da Guiana declara que empresário é ameaça à segurança nacional e às relações com os Estados Unidos

No dia 1º de julho, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, declarou, em uma transmissão ao vivo, que o empresário Azruddin Mohamed representa uma ameaça à segurança nacional e às relações bilaterais entre Guiana e Estados Unidos. O anúncio seguiu os acontecimentos de 11 de junho de 2024, quando o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), do Departamento do Tesouro dos EUA, impôs sanções contra Azruddin Mohamed, seu pai Nazar Mohamed, e suas empresas, sob acusação de envolvimento em contrabando de ouro e sonegação de tributos. Em 25 de maio de 2024, Azruddin havia anunciado sua pré-candidatura à presidência da República da Guiana pelo recém-criado partido We Invest in Nationhood (WIN). Ele foi preso em 29 de maio por sonegação fiscal, mas foi libertado no mesmo dia após pagamento de fiança. No dia 30 de junho de 2025, o congressista republicano Carlos Gimenez publicou em suas redes sociais: “No Congresso dos EUA, estamos alarmados com a tentativa do regime venezuelano de minar a Guiana por meio de seu candidato fantoche pró-Maduro, Azruddin Mohamed, que é sancionado pelo OFAC”. Em 1º de julho, a também congressista republicana María Elvira Salazar reforçou, via redes sociais, a preocupação com os rumos da política guianense também por conta de Azruddin. Em 23 de julho, a embaixadora dos EUA na Guiana, Nicole Theriot, afirmou que a candidatura de Azruddin Mohamed poderia comprometer os investimentos privados norte-americanos no país. Embora até o momento não tenham sido apresentadas provas concretas de ligação entre Mohamed e o governo venezuelano, a soma desses pronunciamentos levou o presidente Irfaan Ali

a associar a participação política do empresário a uma ameaça à segurança nacional: “Nossa diplomacia está vinculada à defesa de nossa soberania e integridade territorial. Nessas sanções, o governo dos EUA deixou bem claro que o governo americano, agências ou empresas não podem fazer negócios com ele. Então, ele é uma ameaça à nossa diplomacia? Sim.” As eleições presidenciais na Guiana estão previstas para setembro de 2025.

Fontes: [ApNews](#), 29/05/2025; [X](#) - “Rep. Carlos A. Gimenez”, 30/06/2025; [Guyana Times](#), 02/07/2025; [Guyana Chronicles](#), 02/07/2025; [Stabroek News](#), 05/07/2025; [News Room](#), 23/07/2025.

Jennifer Geerlings-Simons toma posse como a primeira mulher a presidir a República do Suriname

No dia 6 de julho, a Assembleia Nacional do Suriname elegeu Jennifer Geerlings-Simons, do Nationale Democratische Partij (NDP), como presidente da República, e Gregory Rusland, do Nationale Partij Suriname (NPS), como vice-presidente. É a primeira vez que uma mulher ocupa o cargo máximo do Poder Executivo no país. A cerimônia de posse foi realizada em 16 de julho, marcando o fim do mandato de Chandrikapersad Santokhi, do partido Vooruitstrevende Hervormingspartij (VHP). Durante seu primeiro discurso como presidenta, Geerlings-Simons afirmou que a política econômica de seu governo será pautada no equilíbrio entre arrecadação e despesas públicas, já que um dos principais desafios é a implementação de uma reforma tributária capaz de ampliar a receita do Estado. Ela declarou apoio à continuidade da cooperação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), embora tenha feito críticas às políticas de austeridade da administração anterior, defendendo que os programas devem fortalecer as instituições sem prejudicar a população — especialmente os mais vulneráveis. A presidenta também destacou a necessidade de reduzir a dependência econômica do setor de mineração, apontando quatro setores estratégicos para a diversificação da economia surinamesa: saúde, educação, agricultura e turismo. Em relação ao petróleo e gás, alertou sobre a distribuição desigual das rendas, insistindo que todos os surinameses devem se beneficiar das riquezas nacionais. Ainda em seu discurso, tanto Geerlings-Simons quanto o

vice-presidente Rusland enfatizaram a importância da unidade nacional. A presidenta citou versos de dois poetas surinameses reconhecidos por promoverem a conciliação cultural, reforçando seu apelo pela coesão social. Por fim, até o momento, 15 ministros já foram empossados, dos quais 6 são filiados ao NDP, partido de Geerlings-Simons.

Fontes: [Al Jazeera](#), 07/07/2025; [Suriname Nieuws](#), 16/07/2025; [Suriname Nieuws Centrale](#), 16/07/2025; [De Brief](#), 21/07/2025.

Cúpula do Mercosul termina com novo acordo e oscilações internas

Em 3 de julho, aconteceu a 66ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Buenos Aires, na Argentina. Um dos grandes resultados do encontro foi o anúncio do acordo de livre-comércio firmado com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) – composta por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Se aprovado, o dispositivo pode beneficiar os setores da saúde, por meio da importação de medicamentos, e agropecuário, através da exportação de carnes, grãos e frutas. Na Cúpula, Lula defendeu a ampliação de acordos comerciais entre o bloco e países asiáticos e europeus e falou sobre a gestão de recursos naturais estratégicos – como os minerais críticos – enfatizando que a região deve agir de modo coordenado neste tema. O brasileiro reivindicou a “soberania digital” dos países membros e afirmou que deseja transformar o Mercosul em um grande bloco “econômico, político, cultural, científico e tecnológico”. Os presidentes do Uruguai, Yamandú Orsi, e do Paraguai, Santiago Peña, mostraram otimismo com o acordo Mercosul-EFTA, apontando que ele potencializa a inserção dos países mercosulinos no comércio global. Orsi destacou que o Mercosul é a principal plataforma de inserção internacional do Uruguai e que o bloco é uma “autêntica política de Estado”. O uruguaio defendeu uma aproximação com os Emirados Árabes, El Salvador, Coreia do Sul e Canadá. Peña, por sua vez, aproveitou a ocasião para pleitear a livre navegação na hidrovía Paraguai-Paraná, principal via de escoamento dos produtos do país, e a reforma estrutural do Mercosul. Já Milei criticou a “burocracia excessiva” e as “barreiras comerciais” do bloco. Ele propôs, então, uma revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) e, em outro tópico, criticou o regime da Venezuela e propôs a criação de uma

agência especializada voltada para o combate ao crime organizado transnacional. Após a Cúpula, Orsi e Milei se encontraram em uma reunião bilateral. Na sequência dos acontecimentos, em encontro com o presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, Lula defendeu uma aproximação entre os países do Cone Sul e do Sudeste Asiático – e disse que irá propor um acordo do Mercosul com a Indonésia. Também em termos comerciais, o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, disse que o país tem interesse em assinar um acordo de livre-comércio com o Mercosul para diminuir a dependência dos Estados Unidos. Em visita ao Paraguai, Chile e Uruguai, o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, afirmou que o acordo Mercosul-União Europeia é a melhor resposta ao atual cenário de incerteza internacional e “a melhor maneira de nos protegermos do crescente conflito comercial”.

Fontes: [CNN Brasil](#), 3/07/2025; [G1](#), 3/07/2025; [CNN Brasil](#), 3/07/2025; [Governo do Uruguai](#), 3/07/2025; [Governo do Uruguai](#), 3/07/2025; [Grupo Multimedio](#), 4/07/2025; [Mercosul](#), 4/07/2025; [Agência Brasil](#), 9/07/2025; [Terra](#), 18/07/2025; [CNN Brasil](#), 22/07/2025.

